



## SENTENÇAS PANQUECAS NÃO TÊM ARTIGOS DEFINIDOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

### PANCAKE SENTENCES DO NOT HAVE DEFINITE ARTICLES IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Luana De Conto<sup>1</sup>  
Janayna Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste texto, discutimos um aspecto da caracterização dos nominais em posição de sujeito de sentenças panquecas em português brasileiro. Descritivamente, sentenças panquecas têm duas características centrais nessa língua: (i) um nome na posição de sujeito, com uma estrutura menor do que um DP, recebe uma interpretação de situação; (ii) o predicado não concorda morfologicamente com esse sujeito. Um exemplo disso é a sentença *Panqueca é bom*. Estudos recentes (SIQUEIRA, 2017, SIQUEIRA; SIBALDO e SEDRINS, 2020) defendem que sentenças panquecas podem ter artigos definidos, como em *A panqueca é bom*. Mostramos que sentenças como *A panqueca é bom* são, na verdade, casos de elipse de parte do VP. Elas só são gramaticais caso tenham identidade com o antecedente e não são possíveis caso o antecedente seja só pragmático, isto é, caso o antecedente não tenha material linguístico. Em contraposição, sentenças panquecas, tais como tradicionalmente descritas, são possíveis em casos de antecedente pragmático e possuem, portanto, anáforas profundas em sua constituição. Quando os dois tipos sentenciais são examinados à luz da classificação em termos de anáfora superficial e anáfora profunda, evidencia-se que sentenças panquecas exemplificadas por *Panqueca é bom* têm uma constituição diferente de sentenças com elipses verbais, como *A panqueca é bom*. Dessa forma, mostramos que só a primeira se configura como uma verdadeira sentença panqueca.

**Palavras-chave:** sentenças panquecas; português brasileiro; artigo definido

**Abstract:** In this paper, we discuss an aspect of nominals in the subject position in pancake sentences in Brazilian Portuguese. Descriptively, pancake sentences have two main characteristics in Portuguese: (i) a noun in the subject position which is smaller than a full DP is interpreted as a situation; (ii) the predicate does not agree with the subject. This can be exemplified by the sentence *Panqueca é bom* (i.e. Pancake-fem is good-masc). Recent studies on this subject (SIQUEIRA, 2017, SIQUEIRA, SIBALDO & SEDRINS, 2020) argue that a further characteristic should be added to the description of pancake sentences in this language: that a nominal in the subject position allows for a determiner, e.g. *A panqueca é bom* (i.e. The-fem pancake-fem is good-masc). We show that sentences like *A panqueca é bom* are actually a case of verbal ellipsis. These sentences are only grammatical when they have an antecedent in a previous clause; they are impossible in out-of-the-blue contexts. By contrast, pancake sentences are possible in a context where only a pragmatic antecedent is present. Thus, pancake sentences contain deep anaphors in their syntactic structure. When the two sentence types, with and without a definite determiner, are inspected in light of the dichotomy between deep and superficial anaphor, it becomes clear that *Panqueca é bom* has a fundamentally different syntactic structure from *A panqueca é bom*. We show that only the former is a real pancake sentence.

**Keywords:** Pancake sentences; Brazilian Portuguese; Definite article.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matinhos, PR, Brasil. luanadeconto@ufpr.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1840-6995>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.  
janaynacarvalho@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2353-1336>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos a pertinência de se considerar sentenças com sujeitos definidos como exemplares de sentenças panquecas<sup>3</sup> no português brasileiro (PB). Sentenças panquecas são sentenças copulares que não exibem marcas de concordância de gênero e número no adjetivo predicativo, como se vê em (1) abaixo:

(1) Crianças é divertido.

Apresentaremos um quadro descritivo desse fenômeno mais completo na próxima seção, mas chamamos desde já a atenção para o fato de que a literatura geralmente considera que o sujeito dessas sentenças no PB não pode ser definido, como os exemplos abaixo mostram:

(2) \*As crianças é divertido.

(3) \*Aqueles crianças é divertido.

Embora a agramaticalidade de (2) e (3) seja tomada como parte da descrição dessa construção nos trabalhos de Rodrigues e Foltran (2015), D. Carvalho (2016), De Conto (2018) e Martin, Carvalho e Alexiadou (2020), recentemente Siqueira (2017) afirmou que os sujeitos dessas sentenças poderiam, sim, ser antecidos por artigos definidos, como se vê no contexto em (4):

(4) Em um determinado teste, após todas as candidatas terem realizado sua entrevista, Joana, que estava na banca de avaliação, pergunta aos demais qual candidata eles prefeririam e eles dizem que escolheriam a mais nova. Joana diz: ‘A adolescente é ridículo’.  
(SIQUEIRA, 2017, p. 67-68)

Nos casos apresentados pela autora, os artigos definidos são aceitos desde que estejam em um contexto determinado previamente, como (4) exemplifica. Siqueira ressalta que dados como esse podem contribuir para a descrição de sentenças panquecas porque as sentenças em (2) e (3) são examinadas geralmente fora de contexto, condição que parece desfavorecer o uso de artigos definidos.

No presente artigo, temos o objetivo de discutir esse desacordo sobre a intuição dos dados (e, conseqüentemente, sobre a descrição de sentenças panquecas), apontando possíveis razões e influências para essas posições concorrentes. Em uma análise preliminar, concordamos com as ponderações de Siqueira (2017) de que, fora de contexto, sentenças como (1) são aceitáveis e sentenças como (2) e (3) são inaceitáveis. Mas fazemos também a pergunta: por que esse é o caso? Qual seria o papel do contexto no licenciamento ou não do artigo? Circunscritas a um quadro teórico da Gramática Gerativa, argumentamos que as sentenças com DPs definidos analisadas pela autora são casos de anáfora superficial e foram elicitadas em um contexto que fornece o material linguístico elíptico para que a interpretação de *A adolescente é ridículo* seja licenciada. Ao contrário desses casos de elipse, defendemos que verdadeiras sentenças panquecas, como a exemplificada em (1), podem ter material linguístico antecedente, mas não necessitam dessa condição para serem gramaticais. Além disso, mostramos que os experimentos aplicados por Siqueira (2017) são ineficientes para distinguir sentenças com elipse verbal

---

<sup>3</sup> A denominação “sentenças panquecas” vem do estudo sobre esse fenômeno em línguas escandinavas, partindo de sentenças exemplares do tipo apresentado abaixo em (5).

de sentenças panquecas, uma vez que não há um controle eficaz das variáveis, tampouco uma análise para a função desempenhada pelo contexto na elicitación dos dados.

Este texto está organizado da seguinte maneira. Apresentamos, na seção 2, um panorama das análises de sentenças panquecas, com destaque para descrição de suas propriedades no PB. A discussão sobre como os artigos em sentenças panquecas deveriam ser interpretados se desenvolve na seção 3. Na seção 4, discutimos um pouco a relação entre aceitabilidade e gramaticalidade, de um modo geral, e como essa relação se estabelece nos experimentos de Siqueira (2017). A seção 5 conclui o texto.

## 2. SENTENÇAS PANQUECAS

A construção das sentenças panquecas inicialmente recebeu uma atenção especial em línguas escandinavas (FAARLUND, 1977; ENGER, 2004; JOSEFSSON, 2009, 2014; *inter alia*) e só mais recentemente começou a ser estudada em outros idiomas. Há uma similaridade em todas as línguas estudadas: em um ambiente de cópula que costuma desencadear concordância, essas marcas não são observadas no adjetivo que integra a construção. Surpreendentemente, isso não afeta a gramaticalidade da sentença. Ilustramos abaixo ocorrências dessa construção no sueco (5), em que o adjetivo se mantém no singular a despeito da presença da marca de plural do sujeito, e no hebraico (6), em que, diante da cópula pronominal *ze*, o adjetivo se mantém no masculino a despeito do sujeito feminino.

- (5) Pannkakor är gott. (WECHSLER, 2011, p. 1012)  
panqueca.PL ser.3SG.PRS bom.N.SG  
“Panquecas é bom.”
- (6) clíla ze mesukan (GREENBERG, 2008, p. 165)  
mergulho.FEM z.MASC perigoso.MASC  
“Mergulho é perigoso.”

De forma similar, vimos em (1) que, em PB, o adjetivo se mantém no masculino singular, mesmo diante de sujeitos femininos ou plurais.

As propostas de análise da sentença panqueca em PB buscam resolver a questão da concordância discutindo os traços e a natureza do sintagma que ocupa a posição de sujeito da oração. Além disso, as propostas também discorrem sobre a influência do predicado sobre essa construção. Debruçaram-se sobre esse fenômeno do PB os seguintes autores: Duek (2012), Mezari (2013), Rodrigues e Foltran (2015), D. Carvalho (2016), Siqueira (2017), De Conto (2018) Siqueira, Sibaldo e Sedrins (2020) e Martin, Carvalho e Alexiadou (2020). Retomamos abaixo alguns pontos-chave dessas análises para descrever o fenômeno.

Rodrigues e Foltran (2015) propõem uma análise que considera os sujeitos das sentenças como *small nominals*, isto é, seriam sujeitos que possuem traços *phi* (traços de gênero e número responsáveis pela concordância externa ao sintagma nominal) não valorados, configuração que seria responsável pela concordância não marcada. Por sua vez, D. Carvalho (2016) defende que a relativização de traços permite que a sonda ignore as camadas mais altas de dentro do DP na posição de sujeito, uma vez que, na construção panqueca, essa sonda seria subespecificada para uma categoria específica. Ambos os trabalhos se baseiam em testes de retomada anafórica, como os seguintes, para propor que o sujeito carregue traços de gênero não interpretáveis.

- (7) \*Mulher é complicado para ela mesma. (RODRIGUES; FOLTRAN, 2015, p. 130-133)  
(8) \*Cerveja gelada é bom, mas não posso bebê-la. (CARVALHO, 2016, p. 121)

Para esses autores, o não-licenciamento de sujeitos definidos de sentenças como *As crianças e Aquelas crianças*, em (2) e (3), está intrinsecamente ligado à estrutura do sintagma que ocupa a posição de sujeito. Esse comportamento sugere uma distinção entre sintagmas nominais com artigos definidos e sintagmas nominais sem tais artigos, os quais são os sujeitos que ocorrem em sentenças panquecas. Isso se reflete no contraste de gramaticalidade entre (9)-(11) e (12)-(13), abaixo:

- (9) Mulher é complicado.  
(10) Cem convidados é chato.<sup>4</sup>  
(11) Mulher executiva é complicado.  
(12) \*A mulher é complicado.  
(13) \*Ela é complicado. (RODRIGUES; FOLTRAN, 2015, p.130-133)

Ilustra-se, em (9) e (10), a preponderância de sintagmas nus e cardinalizados em sentenças panquecas. Em (11), observa-se que a modificação interna do SN exhibe morfologia de concordância, mas, mesmo assim, a concordância com o adjetivo *complicado* não é verificada. (12) e (13) demonstram a agramaticalidade de sentenças com sujeitos definidos.

Da mesma forma, determinantes possessivos são barrados na construção segundo Rodrigues e Foltran (2015) e também Martin, Carvalho e Alexiadou (2020):

- (14) \*Minha mulher é divertido. (RODRIGUES; FOLTRAN, 2015, p. 135)  
(15) \*Nossas crianças é difícil. (MARTIN; CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 167)

Martin, Carvalho e Alexiadou (2020) assinalam que esse tipo de determinante obriga a leitura específica da expressão nominal. Em sentenças panquecas, isso não seria possível, uma vez que no PB elas seriam obrigatoriamente genéricas (cf. DE CONTO, 2018). Da mesma forma, também geram incompatibilidade modificadores que induzem uma leitura específica do nominal nu, como é o caso da relativa episódica de (16):

- (16) \*Criança que acabou de chegar é difícil. (MARTIN; CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 167)

---

<sup>4</sup> Um(a) parecerista chama atenção para a gramaticalidade de (10) e também de *Cem convidadas é chato*, de um lado, e uma suposta agramaticalidade de sentenças semelhantes sem o numeral: *\*Convidados é chato* e *\*Convidadas é chato*.

O(a) parecerista levanta a hipótese de que essa diferença de julgamento estivesse conectada a alguma propriedade de nomes participiais. No entanto, consideramos que os nomes participiais não impõem restrição às sentenças panqueca porque sentenças como *Comissionados é complicado* e *Comissionadas é complicado* têm, aparentemente, maior aceitabilidade do que os dados com *Convidados/convidadas*. É possível que estejam em questão aqui os nomes de “espécies bem estabelecidas” (KRIFKA et al., 1998, p. 11): sintagmas como *garrafas de coca-cola* remetem a uma espécie facilmente reconhecida, em oposição a sintagmas como *garrafas verdes*, que não têm uma representação de espécie estereotipicamente configurada. Enquanto *comissionados* e *comissionadas* recortam espécies trivialmente no universo discursivo por conta do referencial cultural, *convidados* e *convidadas* precisam de alguma saliência em contextos comunicativos que tematizem seu campo semântico para se constituir como nome de espécie.

A presença de sintagmas cardinalizados na posição de sujeito é observada tanto por Rodrigues e Foltran (2015) quanto por De Conto (2018):

- (17) Cem convidados é chato. (RODRIGUES; FOLTRAN, 2015, p. 130)  
(18) Três crianças é divertido. (DE CONTO, 2018, p. 46)

Rodrigues e Foltran (2015) e De Conto (2018) observam que essas expressões são sempre interpretadas coletivamente nas sentenças panquecas, ao contrário da interpretação distributiva que recebem em sentenças com concordância canônica. A interpretação coletiva impede a identificação individualizada dos referentes e impõe a interpretação indefinida da expressão nominal.

Além das propriedades do sintagma nominal em posição de sujeito, os trabalhos de De Conto (2018) e Martin, Carvalho e Alexiadou (2020) detalham propriedades do predicado em sentenças panquecas.

De Conto (2018) avalia que os predicados que ocorrem na construção são predicados avaliativos e, portanto, relacionados à subjetividade da avaliação do falante. A condição subjetiva desses predicados pode ser observada no fato de que essas sentenças não geram contradição em um diálogo com a afirmação de proposições opostas:

- (19) A: Eu gosto de cuidar de criança porque criança é divertido.  
B: Não é, não. Criança é detestável. (DE CONTO, 2018, p. 69)

A seleção de um adjetivo específico para que a leitura de situação seja gerada também é observada em Martin, Carvalho e Alexiadou (2020). As autoras assumem que só adjetivos de gosto pessoal podem aparecer em sentenças panquecas. Esses são adjetivos que predicam sobre um tipo eventivo e, enquanto predicados de experiência, carregam um argumento que é tema de uma experiência. Percebe-se, em (20) e (21), que predicados incompatíveis com sujeitos infinitivos, de tipo eventivo, tornam as sentenças panquecas agramaticais.

- (20)\*Mulher é ansioso/medroso/preguiçoso.(MARTIN;CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 154)  
(21) \*Panqueca é saboroso. (MARTIN; CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 154)

Por outro lado, vê-se que a compatibilidade com sujeitos infinitivos não é suficiente para licenciar a sentença panqueca, dado que, em (22), observamos que o predicado *ser generoso* aceita um sujeito infinitivo. Todavia, esse mesmo predicado não é licenciado em uma sentença panqueca, como se vê em (23):

- (22) Cuidar de criança é generoso. (MARTIN; CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 154)  
(23) \*Criança é generoso. (MARTIN; CARVALHO; ALEXIADOU, 2020, p. 154)

Os exemplos de (20) a (23) mostram que o predicado não se aplica diretamente aos indivíduos denotados pelo sintagma nominal em sentenças panquecas, mas a uma situação envolvendo esses indivíduos. Assim, a afirmação em (1), *Crianças é divertido*, tem uma interpretação distinta de sua contraparte com as marcas de concordância (*Crianças são divertidas*) porque a propriedade não é distribuída entre os indivíduos denotados pelo sintagma *crianças*: o que é divertido em (1) é algo relacionado a crianças, uma situação envolvendo crianças. Essa interpretação costuma ser chamada de “leitura de situação”

(RODRIGUES; FOLTRAN, 2015; SIQUEIRA, 2017; DE CONTO, 2018), expressão que usamos de agora em diante.

Siqueira, Sibaldo e Sedrins (2020), por outro lado, argumentam que a leitura de situação não está presente em todas as sentenças panquecas. Espelhando-se na análise de Josefsson (2009; 2014) para o sueco, os autores defendem que há dois tipos de sentenças panquecas em PB. Eles se baseiam em dados como os seguintes para defender que há uma construção restrita a nominais nus em posição inicial (24) e outra com sujeitos dentro de uma estrutura verbal, que aceita uma ampla gama de sintagmas nominais (25-27):

- |   |  |
|---|--|
| (24) Mostarda é amarelo.                    | (SIQUEIRA; SIBALDO; SEDRINS, 2020, p. 330) |
| (25) Mulher é chato.                        | (SIQUEIRA; SIBALDO; SEDRINS, 2020, p. 330) |
| (26) Maria é complicado.                    | (SIQUEIRA; SIBALDO; SEDRINS, 2020, p. 331) |
| (27) A adolescente é ridículo. <sup>5</sup> | (SIQUEIRA; SIBALDO; SEDRINS, 2020, p. 332) |

Para os autores, o sujeito das sentenças panquecas corresponde a um sintagma classificador (*ClassP*), cujo complemento pode ser um NP, no caso de (24), ou mesmo um vP, no caso de (25-27), que, por sua vez, incluiria um verbo leve não pronunciado. Seria, portanto, por conta da presença do classificador ou do verbo leve que as sentenças panquecas exibem concordância não marcada.

Em comparação aos dados anteriores como (12), (13), (14) e (15), a gramaticalidade de (26) e (27) entra em conflito com as observações feitas por outros trabalhos. Os autores argumentam que esses dados foram julgados como bem-formados por falantes em testes de aceitabilidade, de acordo com Siqueira (2017).

Tendo esse panorama das principais características das sentenças panquecas como pano de fundo, exploramos o que estaria por trás da diferença entre o julgamento dos trabalhos anteriores e o registrado por Siqueira (2017) e Siqueira, Sibaldo e Sedrins (2020) na próxima seção.

### **3. POR QUE ALGUMAS SENTENÇAS PANQUECAS ACEITAM ARTIGOS E OUTRAS NÃO?**

#### **3.1 Anáforas profundas e anáforas superficiais**

Siqueira (2017), mais especificamente, afirma que sentenças panquecas em que os sujeitos têm artigos definidos só podem ocorrer em um contexto linguístico adequado, como o exemplo (4), repetido abaixo:

- (28) Em um determinado teste, após todas as candidatas terem realizado sua entrevista, Joana, que estava na banca de avaliação, pergunta aos demais qual candidata eles prefeririam e eles dizem que escolheriam a mais nova. Joana diz: ‘A adolescente é ridículo’.  
(SIQUEIRA, 2017, p. 67-68)

A dependência dessas sentenças com artigo definido de um contexto estritamente linguístico tem uma similaridade com o licenciamento de anáforas superficiais e seu

---

<sup>5</sup> Um(a) dos pareceristas julga a sentença (27) inaceitável, sugerindo uma sensível melhora de aceitabilidade se a prosódia se assemelhasse a uma estrutura de topicalização. Como o(a) próprio(a) parecerista diz, essa estrutura de topicalização seria compatível com a seguinte estrutura para a sentença: A adolescente, [isso] é ridículo.

O julgamento de inaceitabilidade dessa oração pelo(a) parecerista se deve, provavelmente, ao fato de que essa sentença está fora de contexto. Como dissemos na Introdução, para que esses dados sejam aceitáveis, é crucial que eles estejam no contexto. A razão para isso será discutida na próxima seção.

contraste com anáforas profundas (cf. HANKAMER e SAG, 1976), tópico que investigamos nesta seção.

Tais como originalmente concebidas, anáforas profundas se referem a casos em que um elemento anafórico – entendido aqui como um elemento que retoma alguma informação anterior – já nasceu com potencial anafórico, ou seja, ele não sofreu nenhuma transformação no curso da derivação para que tivesse uma leitura anafórica.

Esse tipo de característica em anáforas profundas é pré-sintática. Anáforas profundas já nascem com o potencial de remeter a informações contextuais ou informações ditas previamente. Os pronomes pessoais são um dos exemplos de Hankamer e Sag (1976) para anáforas profundas. Em contraste, anáforas superficiais envolvem apagamento de material linguístico durante a derivação sintática. Mais explicitamente, anáforas superficiais requerem um antecedente sintático explícito a que elas possam se referir. Elas ocorrem sob essa condição de identidade e não nascem, portanto, com um potencial anafórico.

Abaixo, apresentamos alguns exemplos de Hankamer e Sag (1976, p. 407), que exemplificam propriedades dos dois tipos de anáfora. (29), abaixo, exemplifica que *it* sentencial, em inglês, é uma anáfora profunda e (30) exemplifica que *sluicing* é uma anáfora superficial. Os elementos entre colchete apresentam o contexto pragmático em que as falas são proferidas.

(29) Hankamer [observing Sag successfully ripping a phone book in half]:

I don't believe it.

Sag [same circumstance]:

It's not easy.<sup>6</sup>

Hankamer [observando Sag rasgando uma lista telefônica no meio]

Eu não acredito nisso.

Sag [no mesmo contexto]:

Não é fácil.

(30) [Hankamer produces a gun, points it offstage and fires, whereupon a scream is heard]

Sag: #Jesus, I wonder who.

[Hankamer monta uma arma, aponta-a para fora e atira. Após isso, escuta-se um grito]

Sag: #Jesus, eu imagino quem.

O pronome *it*, em (29), é uma anáfora profunda, podendo se referir a uma situação do contexto. O fragmento em (30) demonstra que *sluicing* não pode ocorrer sem a presença de um antecedente linguístico, mesmo que o contexto pragmático auxilie no entendimento da oração elidida. O fenômeno de *sluicing* é, então, um exemplo de anáfora superficial, que necessita de um antecedente linguístico para que a anáfora seja licenciada. Na presença de um antecedente linguístico, a sentença *I wonder who* melhora significativamente, como se mostra em (31), de Hankamer e Sag (1976, p. 407):

(31) Hankamer: Someone's just been shot.

Sag: Yeah, I wonder who.

Hankamer: Alguém levou um tiro.

---

<sup>6</sup> Os exemplos foram traduzidos para a comodidade do leitor. Todavia, uma anáfora profunda em inglês pode não sê-lo em PB e vice-versa. Logo mais, serão apresentados ao leitor alguns exemplos desses dois tipos de anáforas no PB.

Sag: Nossa, eu imagino quem.

No PB, obviamente, também há casos de anáforas profundas e anáforas superficiais já bem descritas.<sup>7</sup> A título de exemplificação, reproduzimos, abaixo, alguns dados de Zocca (2003) que mostram que elipse de VP é uma anáfora de superfície no PB. A primeira característica que exemplifica isso é o fato de a oração adversativa em (32) e (33) ser interpretada de acordo com a oração antecedente, obrigatoriamente:

- (32) A Maria vai pagar a conta, mas o João não vai. (ZOCCA, 2003, p. 8)  
(33) A Maria pagou a conta, mas o João não vai. (ZOCCA, 2003, p. 8)

Os dados, em (34) e (35), também de Zocca, ilustram que, efetivamente, a elipse de VP é um caso de anáfora superficial, já que não é licenciada em um contexto pragmático.

- (34) [observando a Maria aproximando-se com a conta e o dinheiro na mão]  
#O João não vai. (ZOCCA, 2003, p. 9)  
(35) [depois de a Maria ter pago a conta]  
#O João não vai. (ZOCCA, 2003, p. 9)

Por outro lado, quando uma expressão como *fazer isso* substitui o conteúdo do VP, temos um caso de anáfora profunda. Observe que os mesmos contextos anteriores são apropriados quando essa expressão é usada em (36) e (37).

- (36) [observando a Maria aproximando-se com a conta e o dinheiro na mão]  
O João não vai fazer isso. (ZOCCA, 2003, p. 9)  
(37) [depois de a Maria ter pago a conta]  
O João não vai fazer isso. (ZOCCA, 2003, p.9)

A diferença entre os dois tipos fica também evidente quando levamos em conta a possibilidade ou não de retomada do conteúdo do VP em uma oração subsequente, como (38) e (39), adaptados de Zocca (2003, p. 11):

- (38) O Pedro nunca paga a conta de telefone, mas o João sim ~~paga a conta de telefone~~, porque ela não é abusiva.  
(39) \*O Pedro nunca paga a conta de telefone, mas o João faz isso porque ela não é abusiva.

No caso de (38), *ela* retoma *a conta de telefone*, sintagma da oração anterior, antes que haja o apagamento do VP. Em (39), *ela* não pode retomar *isso*, porque *isso* é uma anáfora profunda e não guarda identidade com o sintagma *a conta de telefone* na oração anterior.

Nesse ponto, a relação que queremos estabelecer entre aparentes sentenças panquecas com artigo e sentenças panquecas sem artigo definido já deve estar clara. Nossa proposta é que sentenças como *A adolescente é ridículo* sejam um exemplo de anáfora superficial, daí a dependência de um contexto linguístico para que sejam

---

<sup>7</sup> Também há casos (em PB e em outras línguas) de autores que observaram que algumas anáforas profundas ou superficiais possuíam características diferentes do que as propostas por Hankamer e Sag originalmente (cf. CYRINO; MATTOS, 2006). Não discutimos esses aspectos em relação a sentenças panquecas porque, como veremos abaixo, elas se comportam de acordo com os testes originais propostos por Hankamer e Sag (1976).

interpretadas. Sentenças panquecas verdadeiras, por outro lado, seriam exemplos de estruturas com anáforas profundas, no sentido de que o potencial anafórico em relação ao evento aparece mesmo na ausência de um antecedente linguístico.

Nesse sentido, *A adolescente é ridículo* não se configura como uma sentença panqueca de verdade. É um simples caso de elipse do verbo. De agora em diante, chamaremos essas sentenças de ‘sentenças com elipse verbal’. A leitura de situação dessa sentença vem do verbo que ficou elíptico e estava em uma sentença antecedente. Sentenças panquecas verdadeiras não licenciam artigo definido em PB e não sofrem nenhum processo de elipse durante sua composição sintática.

### 3.2. Casos de elipse vs. Sentenças panquecas

Na seção anterior, lançamos a hipótese de que as sentenças com elipse verbal são, na verdade, casos de anáforas superficiais, em que há elipse do verbo. O requerimento para que essa elipse ocorra é que o verbo elidido tenha um antecedente no contexto linguístico anterior. Nesta seção, vamos exemplificar as diferenças entre essas sentenças com elipse verbal e as verdadeiras sentenças panquecas, que são aqui analisadas como casos de anáfora profunda.

Para começar a exemplificação, levemos em conta o exemplo (40), retirado de Siqueira (2017, p. 42).

- (40) “Que que vocês vão tomar?”, poderia ser dito: “(tomar) uma cerveja seria ótimo”.

Esse caso exemplifica uma sentença que é, inicialmente, ambígua. Lembremo-nos que as sentenças panquecas, como tradicionalmente descritas, não se combinam com artigos definidos, mas podem se combinar com alguns quantificadores (*muito*, por exemplo) e artigos indefinidos, que, em uma estrutura hierárquica do DP, são mais baixos do que os artigos definidos.<sup>8</sup> Dessa forma, a sentença *Uma cerveja seria ótimo* pode tanto corresponder a uma sentença panqueca quanto a um caso de elipse. Quando corresponde a uma sentença panqueca, *uma cerveja seria ótimo* admite controle pragmático. Isso é exemplificado em (41).

- (41) [João vê a Maria se desesperar porque nada que ela coloca no molho da carne engrossa o molho]  
João diz: Uma cerveja seria ótimo.

No contexto em (41), a sentença *Uma cerveja seria ótimo* é feliz mesmo que não haja material linguístico a antecedendo. Isso acontece porque o potencial anafórico dessa sentença independe de um antecedente linguístico. Desde que o contexto pragmático atenda as condições de felicidade, essa sentença é bem formada.

Considere, agora, os dados em (42), em que há variados contextos linguísticos antecedendo a sentença *Uma cerveja seria ótimo*.

---

<sup>8</sup> A posição mais baixa de *muito* em relação ao artigo definido pode ser exemplificada pela ordem: *os muitos*.

O artigo indefinido é mais baixo que alguns quantificadores, como *cada um* e *qualquer um* mostram. Os quantificadores *cada* e *qualquer* estão em distribuição complementar com o artigo definido e, portanto, devem ocupar a mesma posição que ele, já que sequências como *\*o cada/qualquer* e *\*cada/qualquer o* são impossíveis.

- (42) a. Vocês vão querer alguma coisa para acompanhar o espaguete?  
Uma cerveja seria ótimo.
- b. Tô com ressaca. Que que eu faço para melhorar?  
Uma cerveja seria ótimo.
- c. Não sei como engrossar o molho da carne.  
Uma cerveja seria ótimo.
- d. (Em uma reunião em uma agência publicitária): Para aumentar as vendas, talvez deveríamos pensar em uma bebida alcoólica.  
Uma cerveja seria ótimo.

Os contextos de (42a-42d) deixam claro que sentenças panquecas não requerem um verbo antecedente e condizente com a sua interpretação no contexto linguístico antecedente. Considere (42a), por exemplo. A interpretação de *Uma cerveja seria ótimo* seria equivalente a *Tomar/beber uma cerveja seria ótimo*. Na pergunta em (42a), que antecede a sentença panqueca, nem *tomar* nem *beber* estão presentes. O mesmo se aplica a (42b), (42c) e (42d), que possuem uma interpretação eventiva, mas essa interpretação não pode ser expressa pelo material linguístico que antecede a sentença panqueca. Veja paráfrases possíveis para a leitura eventiva que essas sentenças têm em (43a) e (43b), em que os elementos adicionados aparecem em negrito.

- (43) a. Não sei como engrossar o molho da carne.  
Uma cerveja seria ótimo (**para engrossar o molho**).
- b. (Em uma reunião em uma agência publicitária):  
Para aumentar as vendas, talvez deveríamos pensar em uma bebida alcoólica.  
Uma cerveja seria ótimo (**na/como propaganda**).

Essas paráfrases mostram que a leitura de situação da sentença panqueca não precisa tomar como base o verbo em um contexto linguístico anterior. Não se poderia, por exemplo, usar nenhum dos verbos presentes no contexto em (43a), quais sejam *saber* e *engrossar*, para parafrasear a leitura eventiva com um VP infinitivo. As paráfrases possíveis não são condizentes com a leitura da sentença panqueca: *\*Saber uma cerveja seria ótimo*, *\*Engrossar uma cerveja seria ótimo*.

O mesmo acontece em (43b): nenhuma das formas verbais presentes no contexto, se usada em uma paráfrase, traduz a leitura eventiva dessa sentença com fidelidade, haja vista a má-formação de paráfrases como: *\*Aumentar uma cerveja seria ótimo*. *\*Dever uma cerveja seria ótimo* e *\*Pensar uma cerveja seria ótimo*.<sup>9</sup>

Essas sentenças, então, exemplificam duas características básicas de sentenças panquecas: elas podem, mas não precisam ter antecedentes linguísticos. Caso tenham antecedentes linguísticos, como nos exemplos em (42), não é necessário que sua interpretação eventiva denote o mesmo que os verbos do contexto. Aliás, tomar verbos do contexto linguístico como antecedentes em sentenças panquecas pode resultar em interpretações absurdas, como vimos na discussão sobre as paráfrases em (43).

Abordemos agora as sentenças com elipse verbal. Reproduzimos, abaixo, a sentença em (40), que afirmamos ser ambígua no começo da seção.

<sup>9</sup> Temos duas observações sobre esta sentença. Em primeiro lugar, note que a impossibilidade dessa sentença nada tem a ver com a falta de uma preposição, já que se pode *pensar um produto*, no sentido de concebê-lo.

Em segundo lugar, não estamos considerando a possibilidade de apagamento de *pensar em*, porque, nesse caso, teríamos o apagamento do verbo e o apagamento do núcleo do sintagma preposicional. Isto é, seria uma operação de elipse atípica, já que apaga um constituinte e meio.

- (44) “Que que vocês vão tomar?”, poderia ser dito: “(tomar) uma cerveja seria ótimo”. (=40)

Quando essa sentença se comporta como uma elipse, é absolutamente necessário que o verbo elidido tenha um antecedente, o que difere dos exemplos anteriores. Além disso, outra propriedade dessa sentença nos chama a atenção. Enquanto a interpretação de *uma* em (44) oscila entre a atividade de tomar cerveja (comumente chamada de *tomar uma cerveja*) ou um numeral que indica a quantidade de cervejas que se almeja tomar, a sentença em (42d) tem uma interpretação adicional, que, para nós, só é possível em sentenças panquecas. Mais explicitamente, (42d) veicula a interpretação de que *uma cerveja* refere-se a um tipo de cerveja. A que se deve essa diferença? Mais uma vez, é uma diferença relacionada ao fato de que as sentenças panquecas obtêm parte de sua denotação no contexto pragmático em que estão inseridas. Esse processo permite, por exemplo, que um sintagma como *uma cerveja* tenha uma interpretação partitiva. Isso não é possível em (44) porque a interpretação de elipse não se apoia no contexto pragmático e *uma cerveja*, nesse caso, não pode receber uma interpretação partitiva. Esse sintagma somente receberá as interpretações condizentes com sua estrutura inerente.

Começamos com o caso de uma sentença potencialmente ambígua, que poderia tanto receber uma interpretação de sentença panqueca quanto de elipse, para demonstrarmos que, mesmo em casos sutis, é possível diferenciarmos as duas interpretações. Agora, lidaremos com casos que não são ambíguos e aí a diferença entre as duas sentenças se torna ainda mais aparente. A sentença em (45) é também de Siqueira (2017, p. 68, adaptado).

- (45) Caio diz para João como é ruim beijar sua nova namorada.  
João diz: ‘Minha mulher é bom.’

Como Siqueira observa, a presença de um pronome possessivo em sentenças panquecas é considerada agramatical pelos autores brasileiros que trataram do tema anteriormente, como já mostramos na seção 2. Se esse banimento se deve ao fato de que o controle pragmático exige nomes com uma estrutura sintática menor do que um DP definido, é natural que somente nomes nus ou com algumas projeções funcionais abaixo de D ocorram em sentenças panquecas. Daí decorre, então, a impossibilidade de uma sentença como (46), em que um DP como *minha mulher* é usado em um contexto pragmático.

- (46) [Pedro sorrindo ao ver que João e Maria, recém-casados, se dão muito bem]  
João diz: #Minha mulher é bom.

Os exemplos em (47) também corroboram que um DP como *minha mulher* não terá a interpretação típica de sujeitos de sentenças panquecas em nenhum dos casos abaixo porque são todos casos envolvendo controle pragmático.

- (47) a. [Não consigo carregar as caixas da mudança sozinha e peço ajuda ao João.]  
João diz: #Eu também não consigo, mas minha mulher é bom.  
b. [Vou até o escritório do João e peço indicação de alguém que faça revisão de texto.]  
João diz: #Minha mulher é bom, ela é muito detalhista.  
c. [Estou em um churrasco com João, sua mulher e a filha deles. Ninguém consegue acender a churrasqueira.]

Depois de várias tentativas, João diz: #Minha mulher é bom para isso, eu desisto.

A razão da má-formação dessas sentenças é clara: a partir dos verbos presentes no contexto, não se poderia formar um VP em que *minha mulher* fosse argumento interno. As possibilidades *\*carregar minha mulher é bom*, *\*Conseguir minha mulher é bom*, *\*Pedir minha mulher é bom* são incompatíveis com a interpretação pretendida em (47a). Perceba, ainda, que as sentenças em (47) continuariam a ser julgadas como malformadas se os contextos que as antecedem fossem, de fato, material linguístico (ou seja, se alguém falasse o que está entre colchetes).

A título de contraste, consideremos o comportamento da sentença *Mulher é bom* em contextos análogos aos dos últimos dois exemplos. (48) mostra que essa sentença é boa na ausência de contexto linguístico.

- (48) [Pedro sorrindo ao ver que João se dá muito bem com os flertes que tem]  
João diz: Mulher é bom.

Não é necessário que haja um verbo no contexto linguístico antecedente que descreva a interpretação da sentença *Mulher é bom*. Isso porque sua interpretação se dá por meio de compatibilidade com o contexto, não com uma operação de identidade com o verbo do contexto linguístico antecedente. Considere os exemplos em (49) que exemplificam isso.

- (49) a. Na minha firma, temos que promover o seguro do carro, mas não conseguimos decidir o que fazer na propaganda. Meu chefe diz: Mulher é bom, elas são muito cuidadosas no trânsito.  
b. Precisamos de alguém que tenha ombros não muito largos para fazer um teste com o novo sistema de airbag da empresa. Meu chefe diz: Mulher é bom.

Ao contrário de (47), as sentenças em (49) são bem formadas mesmo que não haja um verbo no contexto precedente que seja compatível com a leitura de situação da sentença panqueca. Mais uma vez, isso se dá porque a sentença panqueca tem um potencial anafórico inerente e o compatibiliza com o contexto. Se nesse contexto há ou não um verbo que descreva sua leitura de situação, é irrelevante.

Por último, gostaríamos de comentar brevemente sobre uma análise alternativa para esses conjuntos de dados aventada por um parecerista anônimo. Considerando os dados em (41) e (42), acima, poderíamos aventar a hipótese de que, tanto nas sentenças panquecas quanto nas sentenças com elipse verbal, há elipse de uma oração de propósito. Abaixo, repetimos os dados em (42a) e (42b), numerados agora como (50a) e (50b), e o exemplo (28), com uma sentença com elipse verbal, numerado agora como (50c). Em todos os dados, houve acréscimo de uma pretensa oração elidida entre parênteses para ilustrar essa hipótese.

- (50) a. Vocês vão querer alguma coisa para acompanhar o espaguete?  
Uma cerveja seria ótimo (para acompanhar o espaguete).  
b. Tô com ressaca. Que que eu faço para melhorar?  
Uma cerveja seria ótimo (para melhorar).  
c. Em um determinado teste, após todas as candidatas terem realizado sua entrevista, Joana, que estava na banca de avaliação, pergunta aos demais qual

candidata eles prefeririam e eles dizem que escolheriam a mais nova. Joana diz: ‘A adolescente é ridículo (para assumir o cargo)’.

Assumindo que algo seja elidido em sentenças panquecas e sentenças com elipse verbal, uma possibilidade é que a elipse não fosse na posição de sujeito, mas de uma oração de finalidade que pode ser compatível tanto com panquecas quanto com sentenças com elipse verbal.

Há uma série de contra-argumentos possíveis para essa análise. Listamos, aqui, dois deles. Primeiramente, tal análise potencialmente daria conta de sentenças como as listadas em (48), mas não dá conta de várias outras sentenças apresentadas neste artigo. Retomemos os exemplos (49) e (50) que apresentam, respectivamente, uma sentença panqueca e uma sentença com elipse verbal. O exemplo (52) é uma adaptação de (47c).

(51) [Pedro sorrindo ao ver que João se dá muito bem com os flertes que tem]  
João diz: Mulher é bom. (=48)

(52) [Estou em um churrasco com João, sua mulher e a filha deles. Ninguém consegue acender a churrasqueira.]  
Depois de várias tentativas, João diz: #Minha mulher é bom para fazer isso, eu desisto.

Ambas as sentenças são produzidas em contextos em que não há antecedente linguístico. A sentença (51) é bem formada em tal contexto e a sentença (52) é mal-formada nesse contexto, em conformidade com o que defendemos acima sobre a independência do contexto em sentenças panquecas, em virtude da presença de uma anáfora profunda em posição de sujeito, e a dependência do contexto linguístico em sentenças com elipse verbal, em virtude de elas serem frutos de anáforas superficiais.

Todavia, se sentenças panquecas e sentenças com elipse verbal são formadas pela elipse de uma oração de propósito, teríamos de explicar por que a inserção de uma oração de propósito geraria uma sentença agramatical em ambos os casos. Em (51), se a resposta de João fosse *Mulher é bom para ter flertes*, a sentença seria no mínimo estranha, porque a oração de propósito só faria sentido se estivesse em debate para o que mulher é bom, o que não é o caso. Ou seja, a existência de uma oração de propósito elidida nesse caso faria a sentença pelo menos incompatível com o contexto em que ela está. No exemplo (52), já há uma oração de propósito seguindo a sentença com elipse verbal (*para fazer isso*). Como vemos, a presença da oração de propósito não salva a agramaticalidade da oração, o que mostra que as condições de boa formação dessas sentenças não têm a ver com a presença desses adjuntos. Nos dados em (42), que motivaram essa hipótese, a maioria das perguntas possuíam orações de finalidade, o que torna as respostas compatíveis com esse tipo de oração. Uma vez que elas não estejam presentes no contexto, nem sempre serão compatíveis com panquecas e sentenças com elipse verbal, o que é de se esperar porque o contexto pode não ter a ver com a finalidade de algo.

Além da impossibilidade de explicar todos os dados com base na existência de uma oração de propósito, os dados em (53a) e (53b), inspirados em uma discussão de De Conto (2018), são evidência adicional de que as anáforas (superficiais e profundas) das sentenças em questão estão na posição de sujeito e não em uma oração de propósito.

(53) a. \*Mulher é preocupado.  
b. \*A mulher é preocupado.

Os dados em (53) mostram que sentenças panquecas e sentenças com elipse verbal são malformadas na presença de um adjetivo como *preocupado*. A explicação para isso é simples. O adjetivo *preocupado* só se combina com entidades. Uma situação não pode ser preocupada, somente pode ser preocupante. Se o que estivesse na posição de sujeito das sentenças em (53) fosse somente os sintagmas nominais *Mulher* e *A mulher* não teríamos como explicar essa má-formação e a falta de concordância. Todavia, na nossa análise, a má-formação dessas sentenças é explicada se a presença de uma anáfora profunda impeça a boa formação de (53a), já que o nome *mulher* está dentro de uma estrutura maior. Da mesma forma, a sentença em (53b) é impossível sem concordância porque a elipse verbal da anáfora superficial não satisfaz os requisitos de seleção semântica do predicado *preocupado*.<sup>10</sup>

#### 4. ACEITABILIDADE E GRAMATICALIDADE DE SENTENÇAS PANQUECAS

Na seção 3.1 do seu trabalho, Siqueira (2017) justifica a escolha por fazer os testes de aceitabilidade com possíveis sentenças panquecas com base em três argumentos. Em primeiro lugar, seus julgamentos divergem em relação ao resto da literatura brasileira sobre sentenças panquecas, como já comentado acima. Em segundo lugar, a autora observa que julgamentos de aceitabilidade do pesquisador podem ser enviesados porque, normalmente, o pesquisador já trabalha há um tempo com os dados e tem opiniões e análises sobre o fenômeno. Finalmente, o terceiro motivo seria que “[...] julgamentos questionáveis são às vezes citados nos estudos teóricos sem prévia verificação empírica crítica, contribuindo para a formação de ‘mitos’ na literatura.” (ADLI, 2005, p. 5, tradução da autora).

Concordamos com os três motivos acima, mas gostaríamos de chamar atenção para um aspecto dessa tomada metodológica no experimento em questão. Quando menciona a divergência de seu julgamento em relação à literatura prévia sobre sentenças panquecas, a autora cita seis trabalhos. São eles: Foltran e Rodrigues (2013), Rodrigues e Foltran (2014, 2015), De Conto (2016a, 2016b) e D. Carvalho (2016). Nos seis trabalhos, sentenças panquecas com artigos definidos são explicitamente julgadas como inaceitáveis. Se há um julgamento diferente pela autora, a primeira questão a se perguntar é: a que se deve essa diferença? Haveria alguma questão estrutural ou sociolinguística por trás disso? A autora trabalha com os julgamentos divergentes em relação à literatura prévia sem questionar o que motiva essa diferença. Sem uma análise da divergência, como a que fazemos aqui, só ficamos com duas perspectivas diferentes na literatura do assunto, sem que haja diálogo entre elas. E mais importante: sem que saibamos ao que se deve a diferença entre os julgamentos.

Uma das consequências mais importantes dessa falta de análise dos dados testados fica clara quando se observa que a autora não delimitou o papel de variáveis independentes em seu *design* de experimento. Segundo Bott, Featherston, Radó e Stolterfoht (2019, p. 389), a principal característica que distingue os procedimentos experimentais é o controle e, nos experimentos linguísticos, trabalha-se com três tipos de

---

<sup>10</sup> É verdade que neste artigo não detalhamos sintaticamente o que haveria na posição de sujeito de sentenças panquecas. Só sinalizamos que a leitura de situação dela vem da presença de uma anáfora profunda em posição de sujeito. Todavia, julgamos que a diferenciação entre sentenças paquencas e sentenças com elipse verbal em termos de anáfora profunda e superficial não só reforça a descrição anterior do fenômeno, como também esclarece mais seus mecanismos internos. A anáfora profunda pode ser uma variável de evento, por exemplo, mas sua exata constituição e seu funcionamento fogem ao escopo deste trabalho. Retomaremos esse ponto em trabalhos futuros.

variáveis – forma, contexto e significado – buscando manter duas dessas variáveis constantes, enquanto a terceira varia dentro de um padrão sistemático, com o objetivo de determinar qual fator é responsável pelo efeito observado. No teste 1 da autora (SIQUEIRA, 2017, p. 56), a forma dos adjetivos é apresentada implicitamente como variável dependente, na medida que o informante deve escolher entre a possibilidade de responder ao contexto com uma sentença com concordância não marcada, com concordância marcada, ambas ou nenhuma delas. Entram como variáveis independentes fatores relacionados a diversas questões:

No teste 1, que apresenta contextos pragmáticos específicos, tentamos verificar diferentes sujeitos, diferentes formas do verbo *ser* e diferentes tipos de adjetivos predicativos, algo que ainda não tinha sido feito pela literatura, a fim de constatar, por exemplo, o que é e o que não é aceitável na língua. (SIQUEIRA, 2017, p. 57).

No entanto, as sentenças presentes nos testes evidenciam que não houve um controle sistemático de cada fator isoladamente, já que há apenas uma sentença-alvo para cada uma das variáveis apontadas como critérios em teste. Tome-se, por exemplo, o caso das sentenças em que os sujeitos são nomes próprios. Há apenas uma questão que tem como alvo *Maria é complicado*. Algo semelhante ocorre com a variável de sujeito pronominal, que, apesar de aparecer duas vezes em posição de núcleo do sujeito, é testada com diferentes tipos de adjetivo em cada uma das sentenças-alvo: *Ela é complicado* e *Ela é vaidoso*. Dessa forma, cada ambiente de cruzamento de variáveis é observado uma única vez e não há meios de assegurar que esses resultados isolados sejam efeito especificamente da interferência de um ou outro tipo de sujeito nas sentenças panquecas.

Em seu segundo teste, Siqueira (2017, p. 60) apresenta aos participantes uma lista de sentenças isoladas solicitando se a sentença pode ou não ser produzida em PB e solicita ainda que eles explicitem as diversas leituras possíveis para as sentenças aceitas. Como afirma Matthewson (2019, p. 342), o falante é capaz apenas de julgar a compatibilidade entre uma sentença e o contexto fornecido; o passo de determinar se há ou não ambiguidade na sentença pode ser feito apenas pelo linguista, que poderá controlar a apresentação da mesma sentença diante de dois contextos excludentes. Portanto, a tarefa aplicada no teste 2 de Siqueira (2017) – o falante por si só expor as leituras ambíguas – deve ser considerada pouco produtiva desde o início, uma vez que o falante não está na posição de considerar toda a soma de leituras possíveis e ponderar semelhanças e diferenças para apontar uma ambiguidade, passo este que uma análise como a que empreendemos aqui é capaz de capturar.

Além disso, a “verificação empírica crítica”, citada acima, não pode se fazer somente com base em dados que o pesquisador estuda. No experimento que serviu de base para Siqueira (2017), não há distratores, então os informantes estão potencialmente cientes durante todo o experimento em relação àquilo que estão sendo testados. A autora comenta a falta de distratores dizendo que a ausência desses estímulos foi uma escolha metodológica (SIQUEIRA, 2017, p. 60). Ao invés de inserir distratores no experimento, a autora testou outros aspectos das sentenças panquecas, como a possibilidade de um sujeito posposto ao adjetivo, exemplificada pela sentença *É complicado crianças pequenas*.

Essa foi uma tendência do teste 1 que se repetiu no teste 2. No teste 2, sentenças pseudodistratoras, na terminologia da autora, foram incluídas. Novamente, essas sentenças testavam aspectos de sentenças panquecas, como a possibilidade de retomada do sujeito de uma sentença panqueca por um pronome em uma sentença adjacente (*cerveja gelada é bom, mas não posso bebê-la*, um exemplo de D. Carvalho (2016, p.

121)). Soma-se a isso que os testes foram respondidos por alunos de Letras, tanto de graduação quanto de pós-graduação (p. 24). Com a ausência de distratoras e com um público já naturalmente sensível a fatores linguísticos, é quase impossível afirmar que os testados não tivessem plena consciência dos testes a que respondiam.

Quando dizemos “ter plena consciência”, não pensamos que testes de aceitabilidade devam escamotear fenômenos estudados para serem eficientes. Alguns fenômenos, como as sentenças panquecas, saltam aos olhos facilmente. Todavia, o que os testes efetivamente podem escamotear são as condições que guiam a intuição dos falantes. Acreditamos que os dois testes conduzidos pela pesquisadora falharam nesse quesito. Eles não criaram contextos para que houvesse contraste entre sentenças com concordância marcada e sem concordância marcada. Um exemplo disso é o item 2 do teste 1, em que uma sentença com leitura de situação *Ela é complicado* e de entidade *Ela é complicada* são testadas sob o mesmo contexto.

- (54) “Pedro está querendo sair com uma mulher, que ele não conhece direito, mas sabe que é irmã do seu melhor amigo, e fala para seu primo:
- a.  Ela é complicado
  - b.  Ela é complicada
  - c.  As alternativas anteriores são aceitáveis para o contexto
  - d.  Nenhuma das alternativas anteriores são aceitáveis”

Contextos como esse não são uma exceção no teste 1. Esse teste era composto de 48 itens e todos os outros 47 itens testam opcionalidade de concordância. Essa opcionalidade de concordância está ora relacionada à dicotomia leitura de entidade vs. leitura de situação, como no excerto acima, ora a construções como *ovelha é peludo*, que a autora também considera como sentenças panquecas, como vimos. Inclusive, sentenças que tomaram o lugar de sentenças distratoras, como *É divertido crianças pequenas*, também aparecem contrapostas a *É divertida crianças pequenas*, ou seja, a sentença que toma o lugar do distrator checa também a variável (concordância), testada em todas as sentenças do experimento. A sentença *É divertido crianças pequenas*, então, pode testar um fator adicional, mas acaba também testando a concordância, como todas as outras sentenças do estudo.

À parte dessas questões, reiteramos que a aceitabilidade de sentenças com elipse verbal não pode ser tomada gratuitamente. Afirmar que um dado existe, sem explicar, por exemplo, suas características externas (por que toda literatura afirma que esse dado não existe?) nem suas características internas (por que esse dado é dependente de contexto?) não nos parece um bom caminho. Sem uma análise, uma sequência de palavras pode parecer uma sentença panqueca, mas ser uma estrutura diferente quando examinada mais de perto. Esse parece ser o caso especialmente quando não se examina uma característica bem saliente das sentenças com elipse verbal: a dependência de contexto. Além disso, basear toda a discussão na aceitabilidade dos informantes dos seus experimentos sem examinar por que a literatura sistematicamente rejeita essas sentenças é dar mais valor ao juízo de aceitabilidade de um grupo de falantes em detrimento de outro, em vez de examiná-los de uma forma neutra, buscando razões para a disparidade observada. Por isso, neste trabalho tomamos em conta os julgamentos divergentes observados por Siqueira para examiná-los com cautela e pudemos compreender que eles são indícios importantes para a caracterização de outro fenômeno, as sentenças com elipse verbal. Por último, também é claro que experimentos de aceitabilidade, formais ou não, mostram, no máximo, correlação de fatores. O pesquisador é responsável por enxergar através dessas correlações e dar um tratamento teórico a elas. Como defendemos na seção 3, a correlação

‘sentenças com artigos em contexto → sentenças panquecas’ é problemática. Ela não foi gerada automaticamente das respostas aos questionários. Os julgamentos de aceitabilidade, formais ou não, só apontam pistas para a análise.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocamos em discussão neste artigo o questionamento de Siqueira (2017) a respeito da aceitabilidade de DPs definidos em sentenças panquecas. Mostramos que a apresentação dos dados como *A adolescente é ridículo* vinculados a contextos é responsável por sua aceitabilidade justamente porque as informações fornecidas pelo contexto linguístico licenciam uma elipse verbal, caso haja material na sentença antecedente. Sentenças como *A adolescente é ridículo*, portanto, se assemelham a sentenças panquecas apenas na aparência.

Concluimos assim que nem tudo que reluz é ouro: sentenças como *A adolescente é ridículo* são casos de elipse verbal e não têm a mesma estrutura que sentenças como *Crianças é divertido*. Aquelas têm propriedades de anáforas superficiais e recuperam material linguístico mencionado previamente. Estas, por sua vez, não dependem de material linguístico prévio e, por isso, têm anáforas profundas que produzem a leitura de situação com ou sem contexto linguístico.

Apontamos que a interpretação dos dados reportada em Siqueira (2017) é problemática por desconsiderar a influência exercida pelo contexto fornecido e porque o *design* dos testes aplicados apresentou falhas que afetaram o controle das variáveis.

Não perdemos de vista que a análise de Siqueira (2017), sendo resultado de uma pesquisa de mestrado, carrega as marcas de um trabalho em desenvolvimento. No entanto, consideramos que esses dados precisam ser discutidos com mais cautela, como nos propusemos a fazer neste artigo, já que eles têm sido incorporados por outros trabalhos, como Siqueira, Silbado e Sedrins (2020) e Pereira (2021). A inclusão de sentenças com sujeitos definidos no rol de sentenças panquecas impactaria fortemente o modo como o fenômeno tem sido recortado e, por isso, está inevitavelmente sujeita a um escrutínio cuidadoso.

Além disso, consideramos importante colocar em questão a tensão que tem se construído entre a metodologia de introspecção e a metodologia experimental. Ambas podem ser metodologias muito valiosas na pesquisa linguística se aplicadas com rigor científico. A nosso ver, essas metodologias se complementam, na mesma medida em que a abordagem teórica e a abordagem experimental não são excludentes.

---

## REFERÊNCIAS

- ADLI, A. Gradedness and consistency in grammaticality judgments. In: KEPSEK, S.; REIS, M. (Org.). *Linguistic evidence: empirical, theoretical and computational perspectives*. Berlim: Walter de Gruyter, 2005. p. 7-25.
- BOTT, O.; FEATHERSTON, S.; RADÓ, J.; STOLTERFOHT, B. The application of experimental methods in semantics. In: HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (eds.). *Semantics: Foundations, History and Methods*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2019. p. 387-408.
- CARVALHO, D. Concordância fracassada é, na verdade, relativização de traços. In: PILATI, E. (Org.). *Temas em teoria gerativa: homenagem a Lucia Lobato*. Curitiba: Blanche, 2016. p. 99-126.
- CYRINO, S.; MATOS, G. Anáfora do complemento nulo: anáfora profunda ou de superfície? Evidência do PB e PE. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n.1, p. 121-141, 2006.
- DE CONTO, L. Situation reading in copulas with agreement mismatch: a derivational problem. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, v. 2, p. 31-40, 2016.

- DE CONTO, L. Interpretação de sentenças copulares com aparente falta de concordância: uma análise através de concordância de gênero semântico. *Revista da ABRALIN*, v. 15, p. 161-193, 2016.
- DE CONTO, L. *Tese é complicado: a leitura de situação em sentenças copulares com concordância não marcada*. 2018. 110 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- DUEK, K. *Bare nouns and gender agreement in Brazilian Portuguese*. Paper presented at the 48th Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society (CLS 48), University of Chicago. 2012.
- ENGER, H. O. Scandinavian pancake sentences as semantic agreement. *Journal of Linguistics*, v. 27, n. 1, p. 5-34, 2004.
- FAARLUND, J. T. Embedded clause reduction and Scandinavian gender agreement. *Journal of Linguistics*. v. 13, n. 2, p. 239-257, 1977.
- FOLTRAN, M.; RODRIGUES, P. On Denoting Abstract Entities. *Revista da ABRALIN*, v. 12, n. 1, p. 269-291, 2013.
- GREENBERG, Yael. Predication and equation in Hebrew (nonpseudocleft) copular sentences. In: ARMON-LOTEM, S.; DANON, G., ROTHSTEIN, S. (eds.) *Current issues in generative Hebrew linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 161-196.
- HANKAMER, J.; SAG, I. Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry*, v. 7, n. 3, p. 391-428, 1976.
- JOSEFSSON, G. Peas and Pancakes: on apparent disagreement and (null) light verbs in Swedish. *Nordic Journal of Linguistics*. v. 32, n.1, p. 35-72, 2009.
- JOSEFSSON, G. Pancake sentences and the semanticization of formal gender in Mainland Scandinavian. *Language Sciences*. v. 43. p. 62–76, 2014.
- KRIFKA, M.; PELLETIER, F.J.; CARLSON, G.; TER MEULEN, A.; CHIERCHIA, G.; LINK, G. Genericity: an introduction. In: KARLSON, G.; PELLETIER, F.J. (eds.) *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.
- MARTIN, F.; CARVALHO, J.; ALEXIADOU, A. Predicates of personal taste and pancake sentences in Brazilian Portuguese and French. In: IHSANE, Tabea (ed.). *Disentangling bare nouns and nominals introduced by a partitive article*. Leiden: Brill, 2020. p. 140-186.
- MATTHEWSON, L. 13 Methods in cross-linguistic semantics. In: HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (eds.). *Semantics: Foundations, History and Methods*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2019. p. 340-361.
- MEZARI, M. *A estrutura sintático-semântica do singular nu: o que a morfologia indica?* 2013. 122 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- PEREIRA, B. Gênero em sentenças copulares no PB: da “discordância” entre sujeito e predicativo para a concordância entre adjetivo e silent noun. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 66–90, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cs/article/view/33957>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- RODRIGUES, P.; FOLTRAN, M. Concordância em construções copulares do português brasileiro. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, v. 43, n. 1, p. 477-488, 2014.
- RODRIGUES, P.; FOLTRAN, M. Small Nominals in Brazilian Portuguese Copular Constructions. *Journal of Portuguese Linguistics*. v. 14, n. 1, p. 129–147, 2015.
- SIQUEIRA, A. *A concordância de gênero em construções predicativas adjetivais com o verbo ser no Português Brasileiro*. 2017. 184 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- SIQUEIRA, A.; SIBALDO, M.; SEDRINS, A. Sentenças panquecas no português brasileiro. In: CARVALHO, D.; BRITO, D. (orgs.) *Gênero e Língua(gem): formas e usos*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 319-339.
- WECHSLER, S. Mixed agreement, the person feature, and the index/concord distinction. *Natural Language & Linguistic Theory*. v. 29(4), p. 999–1031, 2011.
- ZOCCA, C. *O que não está lá? Um estudo sobre morfologia flexional em elipses*. 2003. 175 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

Recebido: 17/3/2021

Aceito: 27/10/2021

Publicado: 19/4/2022